O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

NOVAS REGRAS DO CRÉDITO AGRÍCOLA

APESAR DE os sinais da economia ainda não apontarem para uma mudança mais forte do quadro econômico – a geração de empregos está abaixo do esperado e as projeções do Produto Interno Bruto (PIB) estão abaixo de 0,5% –, a expectativa é de que o cenário se torne mais positivo a partir do último trimestre de 2017. A inflação do ano deverá ficar abaixo do centro da meta, e o dólar continua sob controle. O saldo das transações correntes acumuladas em doze meses, até abril, está no menor nível em muitos anos: US$ 20 bilhões negativo. Os investimentos diretos estrangeiros acumularam, no mesmo período, US$ 65 bilhões. Com as reservas externas acima de US$ 300 bilhões, o Brasil fortalece-se muito como um devedor externo de baixo risco. E isso vai ajudar em todos os sentidos.

Na última semana de abril, a reforma trabalhista foi aprovada na Câmara dos Deputados. Resta, agora, a reforma da previdência. A marcha é lenta, mas a direção continua positiva.

A recessão atual da economia brasileira está muito associada ao fim de um ciclo de expansão do crédito, com elevado grau de endividamento dos agentes privados (empresas e famílias). Em circunstâncias normais, o contraponto deste processo seria a expansão da demanda do setor público, com aumento temporário dos gastos do Governo. Mas, a redução de impostos para estimular o consumo das famílias, nesse contexto de déficit público, inviabiliza o uso desse instrumento. Sem muito a ser feito, o crucial para o futuro é o ajuste fiscal.

O crédito agrícola brasileiro pode sofrer uma importante mudança já no próximo Plano Safra: a taxa de juros a ser cobrada nos empréstimos tomados pelo produtor poderá ser uma fração da taxa Selic. Embora diversos aspectos dessa nova regra ainda não estejam claros, esta alteração pode trazer diversas vantagens para o sistema de crédito nacional (maior incentivo para o setor privado ofertar crédito agrícola) e a política fiscal (menores gastos com subsídios). Ao que tudo indica, o crédito poderá ficar mais caro para o agronegócio, mas não na próxima safra.

É muito importante que o produtor saiba fazer a conta da taxa de juros real (taxa de juros cobrada descontando a inflação) embutida em seu financiamento. A inflação de cada produtor depende especificamente de seus custos e do preço do seu produto. Por exemplo, se o juro real médio do mercado for 8%, mas o preço do produto vendido subir mais do que este valor, o produtor terá "juros negativos".

Na colheita recorde de grãos prevista para a safra 2016/17, que encerra no próximo mês, há uma grande contribuição do milho. Os preços cedem no mercado interno, enquanto os Estados Unidos, também com enorme colheita, disputam espaço para o seu cereal no comércio internacional. Novamente, os problemas aparecem no tocante à armazenagem e ao transporte da grande quantidade do grão. O baixo ritmo na comercialização de soja aponta para o agravamento da situação, devido à falta de armazéns para estocar o milho a ser colhido na segunda safra. A pressão

de venda poderá aumentar ainda mais, derrubando as cotações.

Na seção Abre Aspas, tem-se a entrevista com Horacio Caballero, coordenador do Grupo de Países Produtores do Sul (GPS), criado por entidades privadas de quatro nações sul-americanas – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No conjunto, estes países são os principais exportadores líquidos de alimentos no âmbito mundial, com 32% do comércio. O desafio a ser superado pelo Grupo está relacionado ao alinhamento de seus interesses comuns, o que não é uma tarefa simples, por se tratar de uma região onde, durante décadas, predominaram rivalidades comerciais, falta de diálogo e fraca coordenação.

A presença da cadeia produtiva de cacauicultura nas páginas da ***Agroanalysis*** é sempre marcante, pois traz de volta à memória o seu papel histórico no ciclo das produções e das riquezas geradas pela agropecuária nacional. Entretanto, no final da década de 1980, a atividade foi afetada por uma grave crise estrutural e conjuntural com o aparecimento e a propagação da doença vassoura de bruxa. Frente às projeções de escassez da oferta de matéria-prima para a produção de chocolate, entidades públicas e privadas da cadeia produtiva mobilizam-se para recuperar e expandir o setor – uma verdadeira fase de renascimento.

No conteúdo especial deste mês, tem-se matérias que tratam da cadeia produtiva sucroalcooleira. O Acordo de Paris, celebrado na 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Organização das Nações Unidas, e a iniciativa do Ministério de Minas e Energia (MME) de estabelecer um sofisticado plano de descarbonização, unificado no programa conhecido como RenovaBio, abrem boas perspectivas para o setor. É importante a construção de um planejamento estratégico para avaliar as oportunidades que se desenham no horizonte. Não se pode perder tempo e desperdiçar mais uma chance de avanço no campo energético. ■

